ISSN 2447-9357

NEOTECNICISMO PEDAGÓGICO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS INICIAIS

Cárita Maria Domingues da Silva[1]
Elson Marcolino da Silva[2]
Mariana Laquiman[3]

Graduanda do curso de Pedagogia do Campus Anápolis de CSEH/UEG.[1]
Doutor em Educação pela UnB e Docente da Universidade Estadual de Goiás.[2]
Graduanda do curso de Pedagogia do Campus Anápolis de CSEH/UEG.[3]

Resumo

Com vistas ao conceito, características e origem do Neotecnicismo Pedagógico (NP), o presente trabalho tem como objetivo apresentar discussões acerca dessa concepção teórica ligada à escolarização no Brasil. Metodologicamente, esse estudo, em fase preliminar, configura-se como bibliográfico e qualitativo. A partir das postulações consideradas, infere-se que o NP é uma tendência pedagógica hegemônica que se amplia à medida que surgem novas demandas no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação. Neotecnicismo Pedagógico. Taylorismo-Fordismo. Toyotismo.

Introdução

As discussões apresentadas emergem de reflexões das autoras acerca da disciplina "Didática", ministrada pelo Professor Doutor Elson Marcolino da Silva durante o primeiro semestre de 2016 no Curso de Pedagogia da UEG, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, em Anápolis. Ao participarmos desta disciplina, tivemos a possibilidade de pensar sobre alguns pressupostos teórico-pedagógicos da Educação no Brasil. Particularmente, sentimo-nos instigadas a nos aprofundar em relação ao NP, tendência pedagógica hegemônica. Acerca disso, para Saviani (2008) e Freitas (1995), o NP é considerado uma tendência pedagógica atrelada a interesses capitalistas.

Esta pesquisa representa uma incipiente abordagem sobre o NP haja vista que esse estudo, em andamento, pressupõe coleta de dados empíricos, prevista para o segundo semestre do corrente ano. Esperamos que as discussões apresentadas ampliem a compreensão sobre

ISSN 2447-9357

esse Novo Tecnicismo Pedagógico que se faz cada vez mais presente na organização pedagógica escolar.

Origem e pressupostos teóricos do Neotecnicismo Pedagógico

Segundo Saviani (2008), o NP é uma tendência pedagógica hegemônica que teve início na década de noventa a partir de interesses econômicos da classe dominante. O NP fundamenta-se no Tecnicismo Pedagógico, em que se defende a tese de que, com os pressupostos da neutralidade científica e os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, reordena-se o processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. A propósito, essa racionalização do trabalho pedagógico decorre da objetivação do trabalho fabril empreendida no período histórico mencionado.

O NP, portanto, vincula-se ao Tecnicismo Pedagógico, com algumas mudanças, por isso se utiliza o termo "neo", que significa "novo". Diferentemente do Tecnicismo Pedagógico, que se alicerça no Taylorismo-Fordismo, o NP tem como base teórica o Toyotismo, que segue um modelo fundamentado na Qualidade Total (QT). Nesse contexto, a Educação tem aqueles que ensinam como prestadores de serviço e aqueles que aprendem como clientes. Dessa forma, a Educação se torna um produto que pode ser produzido com qualidade variável. Acerca do NP, de acordo com Saviani (2008, p.200):

> [...] sob a égide da "qualidade total", o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes. Para que esse produto se revista de alta qualidade, lança-se mão do "método da qualidade total", que, tendo em vista a satisfação dos clientes, engaja na tarefa todos os participantes do processo, conjugando suas ações [...].

Assim, o NP, com base no Toyotismo, visa formar sujeitos "competentes" e "hábeis", atributos usados tanto na dimensão escolar quanto trabalhista, a fim de evocar polivalência e multifuncionalidade no cumprimento de atividades pré-estabelecidas. Esse sujeito é capaz de desempenhar várias atividades ao mesmo tempo, bem como de se adaptar a alterações processuais com resiliência[1]. Exige-se desses sujeitos o desenvolvimento de competências e habilidades, em curto prazo, tanto no sistema educacional quanto no mundo do trabalho.

No campo trabalhista, a respeito da resiliência exigida do trabalhador no processo produtivo, de acordo com Antunes (2001), deve-se flexibilizar o processo produtivo para

[1] Resiliência: Habilidade que uma pessoa desenvolve para resistir, lidar e reagir de modo positivo em situações adversas. (DICIONÁRIO AULETE DIGITAL)

ISSN 2447-9357

possibilitar que o operário seja capaz de manusear várias máquinas, superando a relação biunívoca homem-máquina, contida no modelo de produção Taylorista-Fordista. Com relação à polivalência, os operários devem estar preparados para realização de novas atividades produtivas, uma vez que o sistema funciona em forma de rotação, sem delimitação de postos ou tarefas no processo produtivo.

Oliveira (2004, p. 25) defende que é possível compreender a polivalência operária exigida pelo modelo toyotista a partir do termo "autonomação". De acordo com a autora, a autonomação consiste na combinação dos conceitos de "autônomo" e "automação". A propósito, o conceito de autonomação evoca não apenas o funcionamento autonomático da produção, mas também a interrupção dela em caso de problema durante o processo produtivo.

Além da flexibilização do processo produtivo, por meio do Toyotismo, também se defende a flexibilidade da organização do trabalho e do operário. Nessa concepção teórica, preconiza-se o desenvolvimento do trabalho em equipe. Segundo Antunes (2001, p.34), esse é outro ponto básico que diferencia o Toyotismo do Taylorismo-Fordismo uma vez que este valoriza o trabalho "solitário" e parcelado. Para Oliveira (2004, p. 43), o trabalho em equipe tem a função de implementar técnicas que visem captar o envolvimento dos operários, segundo os objetivos da empresa. Nesse contexto, Santos (2004, p.86) aponta que:

> O trabalhador deve ser capaz de trabalhar em equipe, saber relacionar-se com os outros, participar, expressar-se, propor soluções e oferecer sugestões [...]". Para o autor, essas capacidades [...] passam a ser virtudes e disposições fundamentais à nova organização do processo de trabalho.

No campo educacional, com a mudança do modelo de produção, surgem novas determinações para o sistema escolar e sua organização do trabalho pedagógico-administrativo. Segundo Saviani (2008, p. 429-430), os novos interesses capitalistas na Educação fazem com que se configure uma espécie de "pedagogia da exclusão" que tem como objetivo preparar os indivíduos, por meio de cursos diversos, de modo que consigam escapar da condição de excluídos.

O autor ressalta que a ideia de exclusão está relacionada ao fato de que, "nessa nova ordem econômica, não há emprego/lugar para todos, bem como em função dos processos de automação que dispensam, de forma crescente, a mão de obra nas indústrias". Para Saviani (2008, p. 429-430), trata-se de preparar os indivíduos para, mediantes sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, tornem-se cada vez mais empregáveis, visando escapar da condição de

ISSN 2447-9357

excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a internalizar a responsabilidade por essa condição.

Em relação a processos didático-pedagógico, o NP traz à tona o lema do "aprender a aprender", mas de maneira remodelada. De acordo com Saviani (2008, p. 431-437), esse lema evoca uma necessidade crescente de atualização para garantir a empregabilidade. Essa visão orienta práticas educativas desde a década de 90, como se observa nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao afirmarem a importância/necessidade de continuar aprendendo sempre, num processo de educação continuada.

O professor torna-se um instrumento de transmissão do conteúdo e o aluno tem sua formação voltada para o mundo do trabalho. Dessa forma, o docente assume a tarefa de desenvolver no discente a capacidade para aprender continuamente, trabalhar em equipe, ser flexível e cooperativo, saber solucionar problemas. Essas são algumas das competências e habilidades que se esperam do sujeito que trabalha na segunda metade do século XX. Freitas (1995, p. 127) aponta que a formação de um "novo trabalhador" traria diversas consequências para a educação:

> […] a) o ensino básico e técnico vai estar na mira do capital pela sua importância na preparação do novo trabalhador; b) a didática e as metodologias de ensino específicas (em especial alfabetização e matemática) vão ser objeto de avaliação sistemática com base nos seus resultados (aprovação que geram); c) a "nova escola" que necessitará de uma "nova didática" será cobrada também por um "novo professor" – todos alinhados com as necessidades do novo trabalhador; d) tanto na didática quanto na formação do professor haverá uma ênfase muito grande no "operacional", nos "resultados" – a didática poderá restringir-se cada vez mais ao estudo de métodos específicos para ensinar determinados conteúdos considerados prioritários, e a formação do professor poderá ser aligeirada do ponto de vista teórico, cedendo lugar à formação de um prático; e) os determinantes sociais da educação e o debate ideológico poderão vir a ser considerados secundários – uma "perda de tempo motivada por um excesso de politização da área educacional".

Segundo Saviani (2008), a implantação de avaliações institucionais representa uma das estratégias encontradas, no Sistema Capitalista, para controlar o trabalho escolar e diagnosticar se a Educação está cumprindo seu papel de reprodutora de "novos" interesses, sobretudo no que diz respeito às habilidades e competências toyotistas.

No Tecnicismo Pedagógico, segundo Aranha (1996, p.176), "busca no behaviorismo, procedimentos experimentais necessários para a aplicação do condicionamento e o controle do comportamento". Por isso, surge a preocupação com a avaliação por meio de aspectos observáveis e mensuráveis da conduta discente. Atenta-se à utilização de recursos técnicos

ISSN 2447-9357

avançados, bem como ao planejamento racional, que "tende alcançar os objetivos propostos com economia de tempo, esforço e custo".

Já no NP, de acordo com Freitas (1995), a medição de resultados é considerada uma categoria decisiva para assegurar a função social da escola no Sistema Capitalista. Nesse contexto, as avaliações externas são utilizadas como forma de controle político. Santos (2004, p.89) aponta as consequências dessas avaliações, incluindo-se as internacionais:

> [...] as provas destinadas a avaliar os conhecimentos dos alunos adquirem uma nova função: avaliar também o desempenho do próprio professor. Como essas avaliações podem determinar a posição e o prestígio de cada escola no ranking do sistema escolar, bem como o orçamento e o salário de seus professores, elas podem determinar, ainda, os limites das práticas pedagógicas. Nesse caso, os professores verão a sua prática pedagógica reduzida ao preparo de seus alunos às exigências dos testes padronizados.

Santos (2004, p.89) ressalta ainda que somente a "avaliação externa é que garante os mecanismos de controle desse tipo de racionalidade - a racionalidade das diferenças, das hierarquias, e da valorização da concorrência". Essa é a forma por meio da qual, no Capitalismo, subjacente ao NP, controla-se o trabalho do professor. Sendo assim, além de subjugar os alunos e saber se estão aptos para o mundo do trabalho, por meio de avaliações externas, pretende-se avaliar competências e habilidades docentes, no sentido de se julgar se a docência está sendo realizada como se espera.

Dessa forma, o docente é impelido a moldar seu trabalho de acordo com interesses capitalistas, de modo a formar sujeitos capazes de desenvolver competências e habilidades exigidas pelo mundo do trabalho. Um exemplo são os Institutos Federais, que visam formar técnicos em áreas profissionais específicas, entre elas, Edificações, Química, Informática, Eletrotécnica, cujas matrizes curriculares contemplam competências e habilidades específicas.

Segundo Saviani (2008, p. 439), por meio da medição de competências e habilidades internalizadas pelos discentes, decide-se a respeito de investimentos públicos em Educação, ou seja, realizam-se "a distribuição de verbas e a alocação dos recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade". Dessa forma, o recebimento de verbas pelas escolas condiciona-se ao cumprimento de metas cognitivas estabelecidas pela classe dominante. Frigotto (1993, p.26) afirma que, de acordo com o NP, a Educação para diferentes grupos sociais de trabalhadores deve habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. O autor ressalta que o investimento no "fator humano" passa a significar um determinante básico para o aumento da produtividade, um elemento de superação do atraso econômico.

ISSN 2447-9357

Nesse sentido, é possível analisar que o NP mostra uma forte relação com os "novos" interesses do Capitalismo. Dentro desses novos interesses, o papel da Educação na sociedade deve ser compreendido de acordo com os aspectos da "Teoria do Capital Humano (TCH)" (SCHULTZ, 1973). Por meio dessa teoria, os investimentos na área da educacional são vistos como uma forma de retorno para o trabalho e para o capital. Defende-se, portanto, por meio da TCH, que o investimento na Educação pode provocar mudanças sociais.

Em outras palavras, na TCH, a Educação é considerada um bem de produção indispensável ao desenvolvimento econômico. "Educar", nesse contexto, significa preparar pessoas para atuar no mundo do trabalho, sempre em expansão, que necessita de trabalhadores "educados". Na TCH, a Educação se torna um instrumento fundamental para o desenvolvimento do capital humano. Ela favorece a aquisição de conhecimentos, hábitos e atitudes indispensáveis para no mundo do trabalho. Desse modo, a Educação é um dos fatores relacionados à distribuição de renda.

O NP está atrelado também à aquisição de conhecimentos tecnológicos haja vista que se exige do "novo trabalhador" saberes de informática e eletrônica, entre outros. De acordo com Santos (1992), com essa nova forma de realização do Capitalismo, as empresas transnacionais tornam-se responsáveis pelos mecanismos de controle econômico, social e cultural das pessoas. A ideia de produzir mais em menos tempo continua a ser o principal critério. Para fabricar novos produtos com maior produtividade, é necessário fazer alterações nos processos técnicos de produção. Torna-se, então, de fundamental importância, que os trabalhadores acompanhem o desenvolvimento tecnológico das empresas. Acerca disso, Santos (1992, p. 34) afirma que:

> Esse novo sistema exigirá, necessariamente, e cada vez mais, o aparecimento de tecnologias que garantam a eficiência das comunicações, bem como a redução de seus custos. A resposta a tais exigências encontra-se na microeletrônica, na informática. Em decorrência disso, alteram-se as questões de tempo e espaço. (...) a informatização permite quebrar as paredes e as fronteiras, fragmentando e dispersando a força de trabalho, sem alterar o compartilhamento dos mesmos fluxos de informação que passam a ser integrados pelos gestores dos processos produtivos através de softwares especiais de gestão.

Para Santos (1992), os conhecimentos tecnológicos ampliam a qualificação necessária para o mundo do trabalho. Dessa forma, o sistema de produção toyotista demanda por um novo trabalhador, disposto a aderir a novas exigências cognitivas. Esse trabalhador deve possuir qualificação elevada, já que a produtividade e o desenvolvimento econômico

ISSN 2447-9357

encontram-se, cada vez mais presentes na utilização do componente intelectual para realização de trabalhos mais complexos.

Por isso, Freitas (2001), discute sobre "a necessidade de retomar o debate sobre as interligações educação e sociedade, bem como sobre os fins da educação". O autor sugere que o NP traz em sua bagagem novas formas de racionalização do sistema educativo. Freitas (2001) aborda o uso de novas tecnologias na escola para viabilizar a limitada aquisição de competências e habilidades neotecnicistas.

Por meio do NP, atribui-se, isoladamente, ao docente a responsabilidade em solucionar problemas educacionais e, por extensão, sociais. Acerca disso, ocultam-se raízes históricas desses problemas, considera-se possível resolvê-los a partir de fatores apenas intraescolares. Nesse contexto, os professores precisam ter clareza acerca das bases teóricas do projeto educativo que estão executando no Brasil. As ideias neoliberais hegemônicas, muitas vezes confundidas com ideias progressistas, têm levado a uma série de confusões conceituais, que influenciam em nossas práticas docentes.

Diante disso, podemos refletir sobre as implicações didático-pedagógicas do lema "aprender a aprender", por meio do qual se considera a escola como um grupo social incumbido de manter os indivíduos atualizados, competentes e hábeis. Os docentes, consciente ou inconscientemente, participam desse processo de incutir nos discentes um desejo não somente de conseguir um vínculo empregatício, em uma realidade de livre concorrência, mas também de manter esse vínculo a partir da ampliação das próprias capacidades.

Considerações finais

Pressupondo-se o NP como uma metodologia de ensino-aprendizagem limitada, propõe-se uma revisão da prática em sala de aula com vistas não apenas ao domínio de competências e habilidades, fundamentadas no Toyotismo, mas também à capacidade reflexiva do discente em relação à amplitude social dos conhecimentos.

Acerca da limitação metodológica do NP, a Educação volta-se, principalmente, para as relações econômicas, delimitando a formação dos alunos a partir de uma mentalidade centrada no desempenho profissional. Dessa forma, por meio do NP, capacita-se os discentes para atuarem de forma eficaz no mundo do trabalho, de modo a atingirem metas, ultrapassarem

ISSN 2447-9357

parâmetros de competências e habilidades estabelecidos. Assim, o NP prioriza uma formação intelectual racionalizada a ponto de sufocar a criatividade discente.

Portanto, atualmente no Brasil, percebe-se uma disputa de interesses. De um lado, espera-se que os discentes sejam capazes de cumprir, tecnicamente, racionalmente, cientificamente, comandos pré-estabelecidos; de outro, que tenham ideias inovadoras, criativas, que consigam maximizar o tempo e o espaço, que solucionem conflitos. Desse modo, instaura-se a dicotomia objetividade/subjetividade. Nesse processo dialético chamado Educação, ressalta-se o papel social do professor, a quem cabe escolher entre formar apenas engrenagens humanas para o mundo do trabalho ou pessoas críticas, capazes não apenas de elevar os índices de desenvolvimento econômico; mas, sobretudo, de desenvolvimento humano.

Propõe-se então, uma ampliação epistemológica do NP de modo que os discentes sejam oportunizados não apenas à internalização de competências e habilidades ligadas ao desempenho de certas atividades profissionais, mas também a momentos de reflexão sobre seu papel frente a desafios ligados à perpetuação e qualidade da vida humana.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. Campinas: Cortez, 2001.

ARANHA, M. L. **Filosofia da educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

DICIONÁRIO AULETE DIGITAL. Disponível em: < http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 24 jul. 2016.

FREITAS, Luis. Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

_____. **É necessário radicalizar**: curvando a vara em outra direção. Revista PUCVIVA. São Paulo, n.º 13, jul.-set. 2001.

_____. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p.299-325, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MIRA, Marilia Marques; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Tecnicismo, neotecnicismo e as práticas pedagógicas no cotidiano escolar**. Acessado em: 02 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2671_1108.pdf>

ISSN 2447-9357

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999 (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.5).

_____. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção memória da educação).

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
_____. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo. In:_____. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3º ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Memória da Educação).

SANTOS, Oder José. **Reestruturação capitalista: educação e escola**. Revista Trabalho e Educação, vol.13, n.1-jan./jul. 2004. p. 79-89.

_____. **Pedagogia dos conflitos sociais**. Campinas, SP: Papirus, 1992. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)

SILVA, Edilaine Cristina da; LENARDÃO, Edmilson. **Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo**. Acessado em: 2 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria_do_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalismo.pdf>

SILVA, Elson Marcolino da. **Neotecnicismo pedagógico e as novas demandas para a educação escolar**. Acessado em: 25 de junho de 2016. Disponível em: <http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/vedipefinal/pdf/gt13/co%20grafica/Elson%20Marcolino%20da%20Silva.pdf>

_____. **Letramento digital e pressupostos teórico-pedagógicos**: neotecnicismo pedagógico? 2013. 197 f., il. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SCHULTZ, T. Investimento em capital humano. In:_____. **O Capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.